



**ACÓRDÃO Nº211/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12502/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba – IMTTI.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Celso Antônio Campelo Fournier (Ordenador de Despesa), Luiz Henrique Zubarán Ossuosky (Ordenador de Despesa), Orlei Mencato Junior (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Luiz Henrique Zubarán Ossuosky Filho – OAB/AM 7537.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3970/2021-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba - IMTTI. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prestação de Contas do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba - IMTTI, exercício de 2019, de responsabilidade do **Sr. Celso Antônio Campelo Fournier** – Ordenador das despesas (01.01 a 01.05), com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96.

**10.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prestação de Contas do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba - IMTTI, exercício de 2019, de responsabilidade do **Sr. Luiz Henrique Zubarán Ossuosky** – Ordenador das despesas (02.05 a 15.10), com fulcro no art. 71, II, da



**ACÓRDÃO Nº211/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96.

**10.3. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prestação de Contas do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba - IMTTI, exercício de 2019, de responsabilidade do **Sr. Orlei Mencato Junior** – Ordenador das despesas (16.10 a 31.12), com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96.

**10.4. Aplicar Multa ao Sr. Celso Antonio Campelo Fournier** no valor de **R\$ 1.706,80** (Um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, I, “a” da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, I, “a” da Resolução nº 04/2002 com redação dada pela Resolução nº 04/2018 pelas restrições 08 da Notificação nº 06/2020-DICAMI/CI, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Aplicar Multa ao Sr. Celso Antônio Campelo Fournier** no valor de **R\$ 6.827,19** (Seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, V da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, V da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelas restrições 05 e 07 da Notificação n. 06/2020-DICAMI/CI, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente



**ACÓRDÃO Nº211/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.6. Aplicar Multa ao Sr. Celso Antônio Campelo Fournier no valor de R\$ 13.654,39** (Treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, VI da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 com redação dada pela Resolução nº 04/2018 pelas restrições 01, 02, 03 e 06 da Notificação nº 06/2020-DICAMI/CI, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.7. Considerar em Alcance ao Sr. Celso Antônio Campelo Fournier no valor de R\$ 6.391,34** (Seis mil, trezentos e noventa e um reais e trinta e quatro centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, pelas seguintes glosas: restrição nº 03 da Notificação nº 07/2020-DICAMI/CI, na esfera Municipal para o órgão



**ACÓRDÃO Nº211/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba - IMTTI, pelas seguintes glosas:

**10.7.1. R\$ 5.591,34** (cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e trinta e quatro centavos) pela restrição nº 03 da Notificação nº 06/2020-DICAMI/CI;

**10.7.2. R\$ 800,00** (oitocentos reais) pela restrição nº 07 da notificação nº 06/2020-DICAMI/CI;

**10.8. Aplicar Multa ao Sr. Luiz Henrique Zubaran Ossuosky** no valor de **R\$ 13.654,39** (Treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, VI da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 com redação dada pela Resolução nº 04/2018 pelas restrições 01, 02, 03, 06 e 09 da Notificação nº 07/2020-DICAMI/CI, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.9. Considerar em Alcance ao Sr. Luiz Henrique Zubaran Ossuosky** no valor de **R\$ 1.988,41** (Um mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e um centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, fundamentado no art. 304, I, da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei nº 2.423/1996, na esfera Municipal para o órgão Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba - IMTTI, pelas seguintes glosas: restrição n. 03 da Notificação n. 07/2020-DICAMI/CI;

**10.10 Aplicar Multa ao Sr. Orlei Mencato Junior** no valor de **R\$ 13.654,39** (Treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)



**ACÓRDÃO Nº211/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, VI da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 com redação dada pela Resolução nº 04/2018 pelas restrições 01, 02, 05 e 06 da Notificação nº 07/2020-DICAMI/CI, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.11Recomendar** ao Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba - IMTTI que:

- 10.11.1.** Estabeleça o controle eficiente de materiais e combustível;
- 10.11.2.** Observe com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar n. 131/2009 – Lei da Transparência;
- 10.11.3.** Observe com cautela a Lei complementar nº 101/2000;
- 10.11.4.** Observe com o máximo zelo a Lei n. 4.320/64, principalmente quanto as fases da despesa pública;
- 10.11.5.** Cumpra rigorosamente os prazos para a remessa de dados à esta Corte de Contas por meio eletrônico;
- 10.11.6.** Envide esforços para a regularização do quadro de pessoal do Órgão.

**10.12Dar ciência** desta Decisão ao **Sr. Celso Antônio Campelo Fournier** e demais interessados.

**10.13Arquivar** os autos nos termos regimentais após o cumprimento das medidas acima.



**ACÓRDÃO Nº211/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 11- Ata:** 8ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 15 de Março de 2022.  
**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).  
**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral